

Avaliação do ensino básico só será divulgada após as eleições

MEC teme uso político pela oposição dos maus resultados

Rodrigo França Taves

• **BRASÍLIA.** O Ministério da Educação decidiu adiar para depois das eleições a divulgação dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conjunto de provas feitas por 220 mil estudantes de primeiro e segundo graus, no fim de 1997, para avaliar a qualidade do ensino em cada estado do país.

O objetivo do MEC é evitar que o possível mau desempenho dos estudantes de alguns estados, principalmente do Norte e do Nordeste, seja usado na campanha eleitoral por candidatos de oposição. A maioria dos governadores desses estados é de partidos que apóiam o presidente Fernando Henrique Cardoso.

MEC compara resultados de desempenhos dos estados

O adiamento foi pedido ao ministro Paulo Renato Souza há cerca de 15 dias pelo Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed). O presidente do Consed, o secretário Ramiro Wahrhaftig, do Paraná, disse que o maior motivo de objeção é um ranking do MEC que compara os desempenhos dos estados.

O último Saeb, de 1995, mostrou que alunos de 8ª série do Distrito Federal e de estados do Sul e do Sudeste já sabem mais que alunos da 3ª série do Segundo Grau de estados como Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Acre, Tocantins, Ceará e Bahia.

— Os secretários demonstraram receio de que os resultados

sejam usados politicamente. No último Saeb, a repercussão da comparação entre os estados foi tão grande que secretários chegaram a balançar no cargo. O MEC assumiu o compromisso de não fazer a divulgação antes da eleição. Se divulgar, quebra o compromisso — disse Ramiro.

Previsão para divulgação de resultado era fim de agosto

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro, confirmou que recebeu a reivindicação do Consed, durante a reunião plenária da entidade, em agosto, e a transmitiu ao ministro Paulo Renato. Ela garantiu, no entanto, que os resultados do Saeb — que, segundo o Inep, deveriam ser concluídos no fim de agosto — ainda não estão prontos. Por coincidência, só deverão ser concluídos em um mês, época do primeiro turno das eleições. Paulo Renato disse que talvez divulgue apenas um relatório preliminar, mas não há nada decidido.

Ramiro garantiu que o pedido de adiamento não foi formulado especificamente por qualquer estado e que foi uma decisão da plenária do Consed. Mas admitiu que não houve unanimidade:

— É lógico que o interesse maior é dos secretários do Norte e do Nordeste. Pessoalmente, sou favorável à publicação, mas tive de respeitar a decisão. Imagine o resultado se a oposição disser na campanha que a educação no seu estado está entre as três piores do país — comentou.

No último Saeb, o Distrito Federal obteve o melhor desempenho entre as unidades da federação. Seus alunos alcançaram os mais altos índices nas chamadas escalas de proficiência elaboradas pelo Inep para avaliar o nível de conhecimento dos estudantes.

Os alunos da 8ª série de Brasília obtiveram tiveram média 269 em Língua Portuguesa, enquanto os do último ano do Segundo Grau do Maranhão conseguiram média 242 e os do Piauí, 245 — embora tivessem três ou quatro anos a mais de estudo.

Governadores prometeram novas políticas educacionais

Mas o bom desempenho foi seguido de perto pelos alunos do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas. Além disso, como as provas foram realizadas em 1995 — quando os atuais governadores ainda estavam em início de mandato — não era razoável atribuir o desempenho dos estudantes a suas políticas educacionais. Mesmo assim, a comparação entre os estados provocou forte repercussão e muitos governadores prometeram — principalmente Roseana Sarney, do Maranhão — criar novas políticas para superar as diferenças regionais.

O adiamento na divulgação do Saeb atende outro objetivo: retardar uma nova discussão sobre as deficiências do ensino de Segundo Grau — ministrado basicamente nas redes estaduais de educação — o que poderia provocar prejuízos eleitorais para governadores governistas que tentam a reeleição. ■